



## COMUNICAÇÃO E ACESSIBILIDADE<sup>1</sup>

Juliana Linhares Brant Reis – Universidade Federal da Bahia

Giovandro Marcus Ferreira – Universidade Federal da Bahia

### RESUMO

O objetivo deste resumo é analisar o que se tem discutido na literatura acadêmica sobre comunicação e acessibilidade, com foco na pessoa com deficiência auditiva e no direito à comunicação. O estudo foi desenvolvido a partir de uma revisão sistemática. Foram encontradas 42 pesquisas, que apresentaram quatro temas centrais: a história das pessoas com deficiência, as legislações, acessibilidade e representatividade. As pesquisas mostraram que, apesar da existência das tecnologias e das legislações, as iniciativas são raras. Os autores sugerem que o tema seja inserido nos currículos das universidades para uma comunicação inclusiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acessibilidade. Direito à comunicação. Cidadania.

### 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste resumo é analisar o que se tem discutido na literatura acadêmica brasileira sobre comunicação e acessibilidade, com foco na deficiência auditiva e no direito à comunicação. De acordo com dados do IBGE de 2020, mais de 10 milhões de brasileiros apresentam surdez. A acessibilidade é pautada em legislações brasileiras, com destaque para o acesso à comunicação como um direito humano. Ainda assim, uma das maiores dificuldades encontradas por pessoas surdas está no acesso à informação.

### 2 METODOLOGIA

Este artigo foi desenvolvido a partir da revisão sistemática sobre acessibilidade e comunicação e seguiu todas as etapas deste método: definição da pergunta; busca pela evidência; seleção dos estudos; análise da qualidade metodológica dos estudos; apresentação dos resultados (SAMPAIO; MANCINI, 2007), a partir da pergunta: o que as pesquisas brasileiras têm debatido sobre comunicação e acessibilidade, com foco no direito de pessoas surdas à comunicação?

Foram selecionados dois critérios para a busca das evidências: as palavras-chave “acessibilidade e comunicação” e o período de 2013 a 2023. Foram excluídos os estudos que se preocupam com educação, saúde e urbanismo; e que analisam outras deficiências. No Scielo foram

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT5 – Cidadania Comunicativa em Tempos de Desordem Informacional da XVIII Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2024, de 11 a 13 de junho de 2024, na Universidade São Judas (Paulista), São Paulo-SP.

encontrados 15 textos e no Google Acadêmico, 16. No dossiê Comunicação, Acessibilidade e Representação de Pessoas com Deficiência, da Revista Culturas Midiáticas de 2021, foram selecionados 11 artigos, totalizando 42 pesquisas analisadas.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico foi construído a partir das 42 pesquisas encontradas que têm como objeto o tema da acessibilidade e comunicação.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir da leitura dos textos, foram identificadas quatro categorias principais abordadas pelos autores: a história das pessoas com deficiência no Brasil; acessibilidade; legislações; e representatividade.

#### **4.1 História das pessoas com deficiência**

Esta categoria foi encontrada em 8 estudos. Os autores destacam que a história das pessoas com deficiência é marcada por preconceitos, estereótipos, exclusão, falta de informação e luta. Historicamente as pessoas com deficiência são estigmatizadas como inferiores e incapazes. Elas são rotuladas pela sociedade, o que interfere nas relações interpessoais, gera a exclusão ou marginalização e prejudica a construção de suas identidades e culturas.

Deficiência é o termo usado para definir a ausência ou a insuficiência do funcionamento de um órgão ou de uma estrutura psíquica, fisiológica, anatômica. O ano de 1981 ficou conhecido como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD) e o objetivo era reduzir as barreiras que promovem a exclusão social e procurar caminhos para a igualdade de direitos. A partir de então, os debates sobre as pessoas com deficiência começam a aparecer em discursos políticos, em eventos mundiais e políticas públicas, em uma perspectiva dos direitos humanos, rumo à igualdade e à inclusão social.

As pesquisas também mostram que os termos vão se modificando ao longo da história. Se antes utilizava-se “pessoas deficientes”, hoje o discurso é sobre pessoas com deficiência. O olhar é para a pessoa e não para sua condição, que pode ser física, intelectual, cognitiva ou sensorial. No entanto, mesmo com o aumento dos movimentos sociais e das legislações, muitos obstáculos continuam. O capacitismo é um deles, que reverbera o preconceito em todas as esferas da sociedade (MUSTAFÉ; COELHO, 2021).

#### **4.2 Legislações**

Esta categoria apareceu em 20 estudos. As pesquisas apontam avanços na criação de leis que estão relacionadas às pessoas com deficiência e com o acesso à informação, mas reforçam que a existência delas não garante a sua execução. O acesso à informação é defendido desde a Constituição Federal e a partir do ano 2000 há um aumento no número de leis que se preocupam com as pessoas com deficiência, como a Lei nº 10.098/2000 que regulamentou os Direitos das Pessoas com Deficiência. As legislações decretam que as informações devem ser acessíveis a todas as pessoas e, para isso, é necessário oferecer legenda em português, intérprete de Libras e audiodescrição em todo conteúdo audiovisual. No entanto, não há um cumprimento dessas leis nos canais de televisão e nos portais de notícias, mesmo com a Lei de Acessibilidade e com o Decreto de Lei 5.296/2004, prevendo a garantia da acessibilidade nos sites da administração pública e de empresas de grande porte na internet (RITTER; ROQUE, 2016); e ainda com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) 13.146/2015. Muitas instituições de mídia, portanto, desconsideram que a ausência de acessibilidade é uma violação de direitos.

#### **4.3 Acessibilidade**

Acessibilidade é o tema central em 37 estudos, que destacam a sua importância para o acesso a direitos humanos, à cidadania, com implicações na socialização, no consumo e na autonomia nos processos comunicacionais; para a promoção da igualdade, da inclusão e qualidade de vida. A garantia dos recursos de acessibilidade está diretamente relacionada à luta contra uma sociedade capacitista, que estigmatiza e exclui o corpo diferente. Bonito (2020) entende que a acessibilidade comunicativa deve envolver as instituições de mídia, a sociedade, a educação e o Estado. É preciso mudar paradigmas nos processos comunicativos na criação, produção e circulação de conteúdo, para construir discursos acessíveis.

#### **4.4 Representatividade**

Esta categoria aparece em 6 artigos. Para os autores, há pouca representatividade das pessoas com deficiência na mídia, tanto nos programas televisivos, quanto na publicidade ou no cinema; na ausência de profissionais com deficiência; ou ainda no silenciamento dos discursos. Quando elas são representadas, é em uma condição que reforça os estereótipos e incentiva o capacitismo. Se as narrativas midiáticas são, muitas vezes, a principal fonte de acesso à informação, esses discursos promovem uma desinformação e aumentam a exclusão social. Para que as pessoas com deficiência sejam de fato representadas e para que suas demandas sejam atendidas, é fundamental escutá-las e possibilitar sua presença nos meios comunicativos, legislativos e em todas as instâncias da sociedade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível compreender que a acessibilidade possibilita uma melhor qualidade de vida, permite o acesso ao conhecimento, empodera e reduz as desigualdades. O jornalismo deve garantir a pluralidade de vozes e promover a conscientização cidadã. Para isso, é fundamental ainda que as universidades também se preocupem com a formação acadêmica dos profissionais da comunicação. Os temas da acessibilidade e da inclusão devem ser inseridos nos conteúdos dos cursos para uma formação cidadã, preocupada com os Direitos Humanos, com a diversidade e com uma sociedade inclusiva.

## REFERÊNCIAS

BONITO, Marco. Jornalismo Digital: reflexões teóricas e práticas educacionais a partir da acessibilidade comunicativa. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 10, n. 26, p.28-39, jun. 2020.

MUSTAFÉ, Isabella Szabor Machado; COÊLHO, Tamires Ferreira. “Eu Respeito”? reflexões sobre acessibilidade afetiva e comunicativa na publicidade do MMFDH. **Revista Culturais Midiáticas**, João Pessoa, v. 15, pp. 243-265, 2021.

RITTER, Eduardo; ROQUE, Thâmara. Acessibilidade e informação: a disparidade entre desenvolvimento tecnológico, leis e adaptações dos grandes portais brasileiros. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. Especial 1, p.360-379, maio. 2016.

SAMPAIO, RF; MACINI, MC. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**. São Carlos, v. 11, nº 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

WOBETO, Samara Leticia. **Acessibilidade Comunicacional**: análise da presença de tecnologias assistivas em veículos de mídia brasileiros. Trabalho apresentado ao IV Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais. PPGCC-Unisinos. São Leopoldo, RS – 6 a 10 de maio de 2019.